

O mundo ajuda

COM ALVARO GRIBEL (DE SÃO PAULO)

A economia mundial vive seu melhor momento em muitos anos, desde que a crise financeira abalou os EUA e ameaçou a existência da zona do euro. As projeções do PIB mundial estão altas, a inflação está baixa, e a elevação dos juros americanos deve ser mais lenta. O dólar, que se fortalecia, parece ter mudado a tendência. Isso favorece os preços das commodities e ajuda países emergentes como o Brasil.

Não é por falta de ajuda externa que o Brasil permanecerá em crise. O PIB mundial deve ter este ano e no próximo os melhores números desde 2011. Ninguém fala mais em risco de colapso do euro, a China tem atingido suas metas de crescimento, e, nos EUA, Trump provoca perturbação política, mas o país tem conseguido crescer, gerar empregos e manter a inflação baixa. É com esse pano de fundo que o economista-chefe para América Latina do banco francês BNP Paribas, Marcelo Carvalho, analisa as perspectivas para o Brasil. — O cenário externo favorece.

A alta dos juros nos EUA será mais lenta, isso enfraquece o dólar e fortalece os preços das

commodities. Essa maré de liquidez vai subir e elevar junto com ela “vários barquinhos”. Muitos países emergentes vão se beneficiar desse cenário, inclusive o Brasil — disse Marcelo Carvalho. A produção industrial nos países desenvolvidos dobrou de ritmo desde o ano passado. O desemprego nos EUA caiu a 4,3%, a taxa mais baixa desde 2001, e, surpreendentemente, a inflação permanece em 1,3%, abaixo da meta de 2% perseguida pelo Fed. Com isso, o BNP Paribas espera que os juros nos EUA fiquem inalterados até o final do ano e subam três vezes no ano que vem, e não quatro, como estimado inicialmente:

— Teremos juros baixos lá fora, dólar fraco, aumento de preços das commodities e inflação baixa no mundo. Isso ajuda o Banco Central brasileiro a continuar reduzindo a taxa Selic, que é fundamental para a nossa recuperação. Desde abril, o BNP já estima a taxa Selic em 7% no final deste ano, muito abaixo da mediana do mercado. Marcelo Carvalho diz que a projeção está em “viés de baixa” e acredita que o país tem uma oportunidade enorme de reduzir os juros reais de forma estrutural, apesar da incerteza política.

Por causa da recessão, há grande ociosidade na indústria e no mercado de trabalho, o que ajuda no curto

prazo, o dólar está fraco, e há avanços sendo costurados pela equipe econômica que vão além da aprovação das reformas. — O fim da TJLP, por exemplo, vai ser muito importante para reduzir a Selic. É o fim do orçamento parafiscal, que tem um custo enorme não contabilizado. A reforma da Previdência original teria uma economia em torno de R\$ 120 bilhões por ano, daqui a 10 anos. Se aprovar a idade mínima, a economia gira entre R\$ 30 bilhões e R\$ 60 bilhões. Não é o ideal, mas já é um número considerável — acredita.

Os cenários dos economistas para o Brasil esbarram sempre no calendário eleitoral do ano que vem. Tudo muda dependendo do candidato que possa vir a liderar as pesquisas, se ele ou ela é pró ou antirreformas. Mesmo assim, o mercado financeiro está convencido de que, independentemente de quem ganhar, o país terá que enfrentar a reforma da Previdência em 2019. Do contrário, viverá “um cenário grego”, ou seja, com a mesma intensidade de crise vivida pela país europeu desde a crise internacional de 2008/2009. Por isso, a provável mudança da meta fiscal para este ano e o próximo teve pouco efeito sobre a bolsa de valores, o risco-país e o real.

Quando há mais tensão na





economia internacional, qualquer revés, como a mudança da meta fiscal, pode provocar uma onda de desconfiança em relação ao país. Há, no mercado financeiro, uma grande expectativa de que a sensação de bem-estar melhore no ano que vem. Haverá aceleração do crescimento, desemprego, inflação e juros em queda. Marcelo Carvalho aposta ainda que haverá uma recuperação do crédito. Segundo ele, os bancos estão prontos para destravar os empréstimos, porque não é possível “viver de tarifas eternamente”. A esperança que ele tem é que essa sensação de mais conforto econômico possa favorecer os candidatos que defendem o ajuste. Na verdade, a eleição de 2018 é uma incógnita, a mais incerta das eleições brasileiras.

Centrão quer alívio no Refis e dificulta meta

Grupo ameaça atrapalhar votação da TLP se não houver benefício. Ala política já cogita rombo de R\$ 170 bi

MARTHABECK
GERALDA DOCA

BRASÍLIA - O presidente Michel Temer terá de arbitrar uma disputa entre a equipe econômica e a ala política do governo em torno da meta fiscal de 2017. Enquanto a turma do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, quer que o rombo previsto para este ano suba de um déficit primário de R\$ 139 bilhões para R\$ 159 bilhões, integrantes do Palácio do Planalto defendem que seria melhor deixar o número mais próximo de R\$ 170 bilhões. Enquanto isso, parlamentares do centrão (grupo de pequenos partidos que compõem a base) ameaçam dificultar a votação da Taxa de Longo Prazo (TLP) se o governo não der alívio maior para as empresas no Refis. Sem o programa que refinancia dívidas tributárias, cumprir a meta fiscal deste ano ficará mais difícil.

O assunto será discutido ao longo do fim de semana, pois o governo quer anunciar uma revisão nos números de 2017 e 2018 já na próxima semana. Uma das principais preocupações do governo é o Refis. A medida provisória (MP) que cria o programa de renegociação de dívidas tributárias foi modificada pelo

relator, deputado Newton Cardoso Jr. (PMDB-MG), para aumentar benefícios para os devedores. De acordo com a Fazenda, caso ela seja aprovada no formato proposto pelo parlamentar, a arrecadação prevista cairá de R\$ 13,3 bilhões para pouco mais de R\$ 400 milhões.

AMEAÇA AO PROJETO DA TLP

A questão é que, mesmo subindo a meta para um déficit de R\$ 159 bilhões, afirmam os técnicos, o número não fecha sem o Refis original. A saída, portanto, seria cortar mais o Orçamento do ano — que já foi contingenciado em R\$ 45 bilhões — ou ampliar o rombo. Meirelles estaria disposto a elevar o corte de gastos para assegurar que o número não fique acima de R\$ 159 bilhões (mesmo rombo registrado no ano passado) e cobrar do Congresso a aprovação do programa. O problema é que os parlamentares não conseguem garantir o Refis. Segundo interlocutores do governo, o centrão ameaça prejudicar a votação de outros projetos de interesse da área econômica, como a criação da TLP, caso o governo insista em manter o programa de renegociação de dívidas no formato em que ele saiu do Executivo.

O líder do PP, Arthur Lira (AL), disse que os partidos veem problemas na TLP e estão decididos a aprovar o texto do relator Newton

Cardoso Jr., se o governo não aceitar flexibilizar a proposta original e perdoar juros e multas. Segundo ele, há um impasse entre o que o governo pensa em relação ao Refis e o que os parlamentares pensam. — Sou do governo, mas não posso apoiar algo que está errado e matar meus deputados — disse ao GLOBO, acrescentando que o Refis do jeito que está será um “fracasso” porque quase ninguém vai aderir. Ontem, o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, decidiu se manifestar depois de rumores de que o governo havia desistido da TLP, taxa que vai substituir a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) nos empréstimos do BNDES, para salvar o Refis. “O governo segue firme para a aprovação da TLP, sob o comando do ministro Meirelles. A TLP é tema de relevância para a política econômica”, afirmou Padilha, por meio do Twitter.

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse que o Congresso terá que decidir o que fará nos próximos meses, já que os parlamentares não aceitam aprovar novos aumentos de impostos, mas, ao mesmo tempo, resistem em aprovar mudanças fiscais, como a Reforma da Previdência. Segundo ele, é muito ruim a sinalização de que o governo não teve capacidade de executar seu Orçamento dentro das metas estabelecidas, mas será ainda pior se não conseguir convencer o





Congresso a aprovar as reformas. — Aumentar a meta (déficit) com (aprovação da) Reforma da Previdência é irrelevante o aumento da meta. Aumentar a meta sem a reforma é uma sinalização péssima para os investidores no Brasil — disse Maia em palestra na FGV. — O governo brasileiro já tem um déficit muito grande para não gerar as condições para cumprir essa meta. Não é bom porque, quando não se cumpre a meta, (o governo) está sinalizando que o endividamento pode crescer e isso pode estar gerando mais dificuldade — completou.

CONGELAMENTO DO REAJUSTE

A decisão do governo de congelar o reajuste do funcionalismo

para ajudar a fechar as contas de 2018 vai atingir 1,253 milhão de servidores ativos e inativos do Executivo federal, segundo dados do Ministério do Planejamento. São 253 mil funcionários de 17 carreiras de vários órgãos públicos, que teriam aumentos salariais previstos em lei em janeiro de 2018 e 2019, e cerca de um milhão de professores, que foram contemplados com aumento nos últimos dois anos e teriam algo a receber com a reestruturação da carreira. Com o adiamento, o governo espera uma economia de R\$ 9,7 bilhões. Especialistas em contas públicas afirmam que a equipe econômica tem um argumento forte a seu favor, o quadro fiscal agudo e o fato de os reajustes terem sido acordados no governo anterior e com aumentos escalonados, que agora superam a inflação

Congresso planeja convocar ministros

Parlamentares ameaçam emperrar proposta do governo de elevar meta fiscal

Embate. Deputados e senadores estão insatisfeitos com os 47 vetos presidenciais feitos na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2018 e falam em paralisar os trabalhos da comissão mista que vai analisar os projetos que alteram o rombo deste ano e do próximo

Parlamentares reclamam da falta de diálogo e querem explicações da equipe econômica sobre LDO; vetos ainda podem ser derrubados no plenário

Idiana Tomazelli /

Insatisfeitos com o número de vetos feitos pelo governo à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2018, parlamentares ameaçam paralisar os trabalhos da Comissão Mista de Orçamento (CMO), justamente quando a equipe econômica precisará contar com o colegiado para aprovar mudanças nas metas fiscais de 2017 e 2018. Em mais uma frente de disputa entre governo e Congresso Nacional, ministros também podem ser convocados a dar explicações sobre a decisão. Se a tramitação das propostas de alteração nas metas demorar, o governo terá de continuar “cortando na carne” até que o

Congresso aprove a nova meta de 2017, que permita um déficit maior. Isso poderia prejudicar ainda mais a oferta de serviços públicos. O Tribunal de Contas da União (TCU) tem alertado o governo de que só enviar o projeto de lei para a alteração da meta fiscal não basta para autorizar novos gastos: é preciso que a lei esteja aprovada.

O presidente Michel Temer sancionou a LDO de 2018 na última quarta-feira com 47 vetos, muitos deles retiram do texto medidas que poderiam representar aumento de despesas, como a permissão para reajuste de auxílios a servidores do Legislativo acima da inflação, ou a correção dos gasto mínimo com saúde e educação pela inflação mais a taxa de crescimento populacional. Não há estimativa de quanto isso poderia custar aos cofres do governo, pois esse valor seria conhecido só na Lei Orçamentária, ainda em elaboração. As justificativas do governo para os vetos incluem dificuldades operacionais e custos financeiros para implementar algumas determinações, a existência de portarias regulamentando determinados temas, a situação de fragilidade nas finanças e a necessidade de flexibilizar a gestão dos recursos.

Mas o Executivo também excluiu o artigo que vedava a concessão de reajustes para além do atual mandato presidencial, assim como vetou o trecho que exigia corte de uma despesa obrigatória para poder aumentar outra. Assessores parlamentares destacam que essas medidas contribuem para a responsabilidade fiscal, e o governo não demonstrou o “prejuízo” de mantê-los no texto. “É uma mistura de arrogância, que é uma marca natural da equipe econômica, com preguiça institucional”, criticou o relator da LDO de 2018, deputado Marcus Pestana (PSDB-MG). “Há uma incompreensão sobre o papel do Congresso. Me decepciona um pouco esse processo unilateral”, afirmou. Na área econômica, a articulação para emperrar os trabalhos da CMO já acendeu a luz amarela, dado que o momento é crucial.

O governo se prepara para encaminhar propostas de mudanças na meta fiscal deste ano e do ano que vem, ampliando a previsão de rombo nas contas. A comissão vai analisar os projetos, que depois são apreciados pelo plenário. Os vetos são uma atribuição do Poder Executivo, mas os parlamentares reclamam da falta de diálogo no processo e não descartam derrubá-





los quando o Congresso for analisá-los. Convocação. O tema deve ser discutido na próxima reunião do Colégio de Líderes, na terça-feira. Há a expectativa de que os parlamentares aprovem convocação dos ministros do Planejamento, Dyogo Oliveira, e do ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, para dar explicações. A convocação obriga o ministro a comparecer perante os parlamentares. A ausência não justificada implica crime de responsabilidade. O Ministério do Planejamento não quis comentar. Fazenda e a Casa Civil não responderam até o fechamento da edição

» **Vai vendo.** O governo convocou os parlamentares para uma reunião segunda, na qual vai tratar da “readequação e priorização das emendas impositivas”. O tema é tocado pelo Planejamento. O ministro Dyogo Oliveira nega que será anunciado novo corte.

» **Tá bom.** Mas assessores da área de orçamento no Congresso dizem que o governo deve formalizar quanto cada parlamentar perdeu em decorrência da queda de arrecadação. O valor deve ser R\$ 750 mil.

Para governo, emendas devem bancar novo fundo

Reforma política. Líder do Planalto no Senado propõe que recursos, em sua maioria, saiam dos repasses para as bancadas estaduais; deputados querem verbas do Tesouro

Felipe Frazão / BRASÍLIA

Líderes da base aliada do governo no Congresso pressionam para que o fundo público de R\$ 3,6 bilhões para bancar campanhas eleitorais seja abastecido com recursos já existentes no Orçamento, como emendas parlamentares e verbas controladas pelos partidos. Se prevalecer a forma como a comissão da Câmara aprovou a criação do Fundo Especial de Financiamento da Democracia (FDD), o governo vai ter de lidar com uma nova despesa no ano que vem, em meio aos problemas de receita e discussão da revisão da meta fiscal. A proposta de utilizar as emendas como fonte de financiamento do fundo é capitaneada pelo líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), e pelo presidente da Casa, Eunício Oliveira (PMDB-CE). A ideia, contudo, encontra forte resistência entre os deputados – parte da Câmara defende que o dinheiro do fundo eleitoral saia do Tesouro e as emendas sejam preservadas. Líderes do governo sugerem descontar dinheiro de três

fontes para repassar ao fundo eleitoral: das emendas impositivas de bancadas estaduais, da propaganda partidária e das fundações e institutos custeados com o Fundo Partidário. Isso reduziria recursos nas mãos dos parlamentares e dos dirigentes.

“A proposta que eu fiz não tira dinheiro da Educação, da Saúde, de lugar nenhum. Eu defendo uma parte da desoneração da TV, com propaganda partidária, e outra parte das emendas. Não é para ter gasto”, disse Jucá. Eunício batizou a proposta de “cesta de recursos” e disse que ela pode evitar “uma nova crise econômica”. Os deputados, no entanto, deixaram a “cesta” fora do texto que seguirá para votação em plenário. O relatório aprovado na comissão especial da Câmara indica que o FDD será composto por recursos equivalentes a 0,5% da receita corrente líquida – um gasto extra em anos eleitorais. O fundo eleitoral é a alternativa que parlamentares encontraram para financiar as eleições depois que o Supremo Tribunal Federal proibiu em 2015 a doação de empresas para as campanhas.

Para ter validade já em 2018, o FDD precisa ser aprovado na Câmara e no Senado até o fim de setembro, um ano antes das eleições. O relator da reforma política, Vicente Cândido (PT-SP), disse que os

deputados não aceitaram abrir mão das emendas coletivas e que a aprovação do fundo eleitoral ficaria ameaçada caso essa previsão entrasse em seu parecer final. “Os parlamentares calculam que um dos instrumentos para alavancar o mandato e trabalhar pela reeleição é ter emendas”, disse. LDO. Na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2018 está previsto que as emendas coletivas serão a principal fonte para o fundo eleitoral. As outras duas fontes seriam: 10% do Fundo Partidário – R\$ 81,9 milhões, obtidos pelo corte pela metade da fatia destinada às fundações partidárias – e a extinção da propaganda partidária no rádio e na TV exibida anualmente fora do período eleitoral.

Este ano o governo previu deixar de arrecadar R\$ 320 milhões das emissoras como renúncia fiscal para garantir a exibição desses programas e inserções das legendas. Contingenciamento. As emendas coletivas impositivas – aquelas que o governo é obrigado a pagar para projetos de bancadas parlamentares – estavam previstas em R\$ 6 bilhões neste ano, mas caíram para R\$ 3,072 bilhões com as revisões e contingenciamentos. Há ainda as emendas individuais, que os parlamentares podem apresentar projetos separadamente, que não serão mexidas nem entram nessa



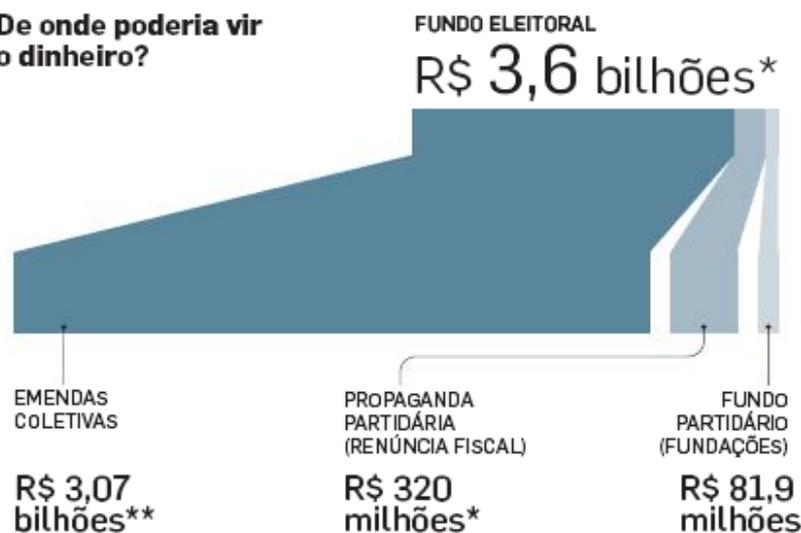


conta. A avaliação da área econômica do governo é de que a vinculação do fundo à receita corrente líquida é um problema significativo do ponto de vista fiscal. Em meio ao crescimento de outras despesas obrigatórias, como benefícios da Previdência Social, o Executivo terá de garantir recursos para o fundo em um Orçamento cada vez mais apertado. Além disso, os valores podem ficar ainda maiores à medida que houver recuperação da economia e da arrecadação. / COLABOROU IDIANA TOMAZELLI

RECURSOS

● **Fundo público para bancar campanhas eleitorais foi aprovado em comissão de reforma política da Câmara**

De onde poderia vir o dinheiro?



*ESTIMADOS; **ATUAL LIMITE DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO EM 2017; AS EMENDAS IMPOSITIVAS ORIGINALMENTE SOMAVAM R\$ 6,06 BILHÕES

FONTES: TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, RECEITA FEDERAL, MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Valor supera ou iguala orçamento de 7 ministérios

Levantamento mostra que montante de R\$ 3,6 bi previsto no fundo para as eleições está acima do destinado a pastas

Isadora Peron

Os R\$ 3,6 bilhões que devem ser destinados ao fundo público eleitoral se a reforma política for aprovada pelo Congresso superam o orçamento anual de um quarto dos ministérios do governo. Levantamento feito pelo Estado mostra que pelo menos sete pastas têm um valor menor ou igual ao fundo. O valor deverá ser destinado aos partidos políticos para as eleições de 2018. O Ministério do Meio Ambiente conta com um orçamento apenas ligeiramente maior: R\$ 3,8 bilhões. O Ministério do Turismo, por exemplo, possui R\$ 343 milhões para custear despesas e realizar investimentos no setor. Já o orçamento do Esporte é de R\$ 960 milhões e do Ministério da Transparência, de R\$ 986 milhões. Cultura (R\$ 2,5 bilhões), Indústria e Comércio Exterior (2,6 bilhões), Advocacia-Geral da União (R\$ 3,5 bilhões) e Relações Exteriores (R\$ 3,6 bilhões) completam a lista. Esses

valores correspondem ao orçamento das pastas antes do corte adicional de R\$ 5,9 bilhões anunciado pelo governo no fim do mês passado.

A proposta de criar o fundo consta no relatório aprovado na quarta-feira passada pela comissão especial que debate a reforma política na Câmara. O texto, que também aprovou a mudança do sistema eleitoral para o chamado “distritão”, ainda precisa passar pelos plenários da Câmara e do Senado. Para valer para 2018, as medidas têm de ser aprovadas nas duas Casas até final de setembro. Por se tratar de uma emenda à Constituição, a proposta precisa do apoio de 308 deputados e de 49 senadores. Apesar de polêmico, a criação do fundo é praticamente consenso entre os parlamentares, já que a classe política busca uma maneira de abastecer os caixas das campanhas após a proibição das doações empresariais e as investigações da Operação Lava Jato. “A questão toda é como você financia a eleição? Infelizmente, a gente não tem alternativa a não ser buscar recursos públicos”, disse o deputado Celso Pansera (PMDB-RJ).

FUNCIONALISMO »

Concursos não terão vaga acima de R\$ 5 mil



Sala de aula em curso preparatório: limitação de vencimentos não vai atingir os processos seletivos que já tiveram os editais publicados

Decisão de limitar os salários de ingresso no Executivo federal faz parte do pacote para reduzir gastos públicos, que inclui ainda o adiamento dos aumentos salariais programados para 2018. Planalto quer economizar R\$ 70 bilhões nos próximos 10 anos.

ANTONIO TEMÓTEO

O governo faz os últimos cálculos para fechar o orçamento do próximo ano, mas já definiu que os concursos realizados em 2018 terão salário inicial de R\$ 2,8 mil para vagas de nível médio e de R\$ 5 mil para postos que exigem ensino superior. A medida valerá para todas as carreiras do Executivo federal e um projeto de lei será enviado ao Congresso Nacional para normatizar a decisão. As estimativas apresentadas ao presidente Michel Temer indicam economia de até R\$ 70 bilhões ao

longo da próxima década. Os editais já publicados não serão afetados.

Os técnicos do governo ainda estudam a possibilidade de que o texto seja encaminhado ao Legislativo, por meio de uma medida provisória, para que tenha eficácia imediata. Esse detalhe será definido em reunião com o presidente da República. Assessores de Temer, ouvidos reservadamente, destacaram que há uma discrepância entre os salários de entrada no setor público em relação ao de empresas privadas. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que o rendimento médio real habitual dos servidores é 56,4% maior.

Essa situação é ainda pior nas carreiras de nível superior. Dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 2015 mostram

que, enquanto um advogado tem salário inicial de R\$ 4,5 mil, um advogado da União ingressa na carreira com contracheque de R\$ 19,2 mil.

A proposta faz parte das medidas que a equipe econômica anunciará na segunda-feira para tentar reequilibrar as contas públicas. Além de limitar o valor inicial dos contracheques, os reajustes salariais programados para diversas carreiras em 2018 serão adiados para 2019. Somente com essa medida, o Executivo espera economizar R\$ 9,7 bilhões. Assim, o rombo fiscal do próximo ano não ultrapassaria os R\$ 159 bilhões previstos na proposta orçamentária que será encaminhada ao Legislativo até 31 de agosto.

Especialistas, entretanto, divergem sobre a efetividade da medida. Para o professor José Matias-Pereira, da Universidade de Brasília (UnB), a decisão de criar um salário inicial para as diversas carreiras do Executivo afetará o processo de seleção de candidatos. “Temos diversas carreiras de Estado com rigoroso nível de exigência para o ingresso. O governo não atrairá talentos ao pagar R\$ 5 mil de remuneração de entrada. Estão jogando uma medida para a plateia”, disse.

Apesar disso, ele avalia que adiar os reajustes firmados de 2018 para 2019 faz parte do conjunto de





medidas emergenciais tomadas para tentar conter o rombo nas contas públicas. Entretanto, Matias-Pereira explicou que o Executivo precisa concentrar esforços em medidas para acabar com privilégios e distorções para ter condições de debater com a sociedade reformas como a da Previdência. “Temos que pensar no médio e longo prazos para que o país volte a atrair investimentos e gerar empregos”, resumiu.

A imposição de valores iniciais para salários de servidores públicos federais é uma medida que respeita a Constituição Federal, avalia o advogado Sérgio Camargo, especialista em direito público. Conforme ele, fixar os valores dos contracheques dos empregados do setor público é prerrogativa dos chefes dos três poderes. Camargo explica que não há qualquer abuso de poder discricionário do Executivo ao fixar o valor de entrada que será

pagos. “Muitas pessoas podem dizer que não haverá isonomia em relação aos servidores que já são concursados. Entretanto, isso não é correto, uma vez que o governo já alterou, por exemplo, o regime previdenciário dos servidores. Seria a mesma lógica”, destacou.

Legalidade

Na avaliação do especialista em direito constitucional Wellington Antunes, professor do Gran Cursos, ainda é cedo para analisar o impacto da medida. Ele ressaltou que diversas mudanças ocorreram ao longo dos anos, o que não deve afetar os concurreseiros. “Trabalho com concursos públicos há 14 anos e já vi de tudo, de cancelamento a suspensão de editais, de diminuição de vagas a diminuição de nomeações. Sempre há aquelas pessoas que viralizam a notícia negativa, que preconizam o fim dos concursos. Mas a história das

seleções públicas está aí para comprovar que a máquina pública não pode parar”, comentou.

Antunes explicou que o país enfrenta uma crise sem precedentes e que ajustes são necessários. “Limitar o salário a R\$ 5 mil não deve afastar o interesse das pessoas que realmente querem ingressar no serviço público. É preciso ter em vista que hoje uma pessoa na iniciativa privada ganha em média R\$ 2 mil sem estabilidade. Ou seja, é bem pior”, avaliou o especialista. (Colaboraram Lorena Pacheco e Mariana Fernandes)

56,4%

É o quanto o rendimento médio habitual dos servidores é maior que o dos trabalhadores da iniciativa privada, segundo o IBGE



Para Matias-Pereira, medida prejudica a entrada de talentos no governo: “Estão jogando para a plateia”

253 mil podem ficar sem reajuste

O governo já bateu o martelo e definiu as carreiras do serviço público que terão os aumentos salariais adiados de 2018 para 2019. Estão na lista os militares, os policiais federais, os policiais rodoviários federais, os diplomatas, os integrantes das carreiras jurídicas, os auditores e analistas federais, os gestores da União, além dos funcionários do Banco Central (BC), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Os reajustes também serão congelados para polícia civil dos ex-territórios, servidores da Suframa, carreiras de finanças e controle, servidores do Dnit, peritos federais agrários, analistas técnicos de políticas sociais, analistas e especialistas em infraestrutura, peritos do INSS e fiscais do Trabalho. Pelo menos 253 mil servidores ativos e inativos serão afetados com a medida.

A perspectiva do governo é de economizar, com a medida, cerca de R\$ 10 bilhões em 2018. Não entram na lista os servidores que integram o carreirão, que fecharam acordo para correção dos contracheques por apenas dois anos, 2016 e 2017. Nesse período, o aumento foi de 10,8% e a última parcela, paga em janeiro deste ano.

A suspensão dos reajustes deve

ser proposta por meio de projeto de lei, até porque os aumentos foram aprovados pelo Congresso. Um técnico do governo diz que o congelamento dos salários pode ser feito por medida provisória, mas o Palácio do Planalto acredita que o tema deve ter o aval do Legislativo.

Técnicos da equipe econômica dizem que o adiamento dos aumentos de salários é vital para que o déficit nas contas de 2018 não seja ainda maior do que o que está sendo proposto. A meta atual é de rombo de R\$ 129 bilhões no próximo ano. Está praticamente certo que o buraco será de R\$ 159 bilhões. Mas poderia chegar a R\$ 169 bilhões se os R\$ 10 bilhões não fossem economizados.

Revolta

Diante da decisão do governo, o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco) informou que não abrirá mão do acordo firmado, que recebeu o aval de deputados e senadores. Se necessário, a entidade recorrerá ao Judiciário. “O acordo fechado com o governo não é caro nem barato; não houve imposições. Se os técnicos do Executivo não souberam fazer projeções, contas, estudos de quadros futuros, lamentamos a incompetência. Mas não vamos pagar por ela”, afirmou, em nota, o Sindifisco. (AT)

300 vagas para veterinários

MARIANA FERNANDES

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) divulgou o edital do concurso público para a contratação de 300 médicos veterinários. O salário é de R\$ 6.710,58 por 40 horas semanais de trabalho. Os aprovados vão trabalhar na fiscalização de frigoríficos. Há vagas para diversos estados. Em Brasília, são quatro postos disponíveis. A Escola de Administração Fazendária (Esaf) será a responsável pela realização do certame.

Os interessados podem se inscrever de 14 a 20 de agosto, por meio do site www.esaf.fazenda.gov.br. A taxa de inscrição é de R\$ 100. Para ser aprovado, é necessário ter diploma de conclusão de curso de nível superior em medicina veterinária fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação e registro ativo em conselho regional ou no

Conselho Federal de Medicina Veterinária.

Os candidatos serão submetidos a prova objetiva de conhecimentos específicos e análise de títulos e de experiência profissional. A previsão é que a primeira etapa das avaliações ocorra em 17 de setembro.

A data e os horários de realização das provas ou etapas serão oportunamente confirmados por meio de edital a ser publicado no Diário Oficial da União e divulgados no mesmo endereço eletrônico usado para a inscrição. A expectativa é de que os resultados sejam anunciados em 6 de novembro.

Os aprovados serão contratados pelo período de um ano, admitida a prorrogação dos contratos, desde que o prazo não exceda dois anos. O processo seletivo terá validade de um ano, a contar da homologação, com possibilidade de prorrogação de até dois anos.

CONJUNTURA »**Congresso contra vetos na LDO**

A maioria dos vetos nas diretrizes para 2018 foi proposta pelos ministros Henrique Meirelles e Dyogo Oliveira

Descontentamento de parlamentares com mudanças feitas no texto pelo presidente Michel Temer pode complicar ajuste das metas fiscais

ROSANA HESSEL

A polêmica em torno da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2018 está apenas começando e vai além do aumento do déficit fiscal. Ao sancionar o texto da LDO, na última quarta-feira, o presidente Michel Temer bateu o recorde de vetos desde 1999, de acordo com técnicos do governo. Ao todo, foram 67 vetos, incluindo os anexos.

Segundo fontes ligadas a

integrantes da Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso, os parlamentares pretendem questionar os vetos em peso na próxima reunião do colegiado, marcada para terça-feira. O clima da sessão, segundo as fontes, será “nervoso”, com vários líderes propondo paralisar as votações de projetos de lei na Comissão. O ambiente de tensão não será nada favorável à tramitação do projeto de lei que o governo deverá enviar à CMO, nos próximos dias, com as mudanças nas metas fiscais deste ano e do próximo.

A definição dos novos objetivos fiscais está prevista para segunda-feira. As metas atuais da LDO são

de rombos de até R\$ 139 bilhões em 2017 e de R\$ 129 bilhões em 2018. A expectativa é de que os novos resultados negativos fiquem entre R\$ 155 bilhões e R\$ 159 bilhões, neste ano, e em torno de R\$ 150 bilhões, no próximo.

A maioria dos vetos da LDO do ano que vem foi proposta pelos ministros da Fazenda, Henrique Meirelles, e do Planejamento, Dyogo Oliveira. As justificativas das duas pastas foram, principalmente, dificuldades operacionais e custos financeiros para concretizar as determinações da lei; a situação de fragilidade das finanças públicas e a necessidade de flexibilidade na gestão de recursos.

Consultores lembram, no entanto, que o governo suprimiu iniciativas que impedem os parlamentares de participarem da escolha de prioridades e de mecanismos de fiscalização e transparência. Vetaram, por exemplo, um dispositivo da LDO que previa auditoria da dívida pública e um item que determinava a divulgação dos cadastros das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Um dos vetos que mais incomodaram o Legislativo foi a exclusão de um anexo que continha as prioridades apontadas pelo Executivo e pelos parlamentares. A mensagem com a explicação do veto informou que a ampliação do rol





“dispersa os esforços do governo para melhorar a execução, o monitoramento e o controle das prioridades já elencadas, afetando, inclusive, o contexto fiscal que o país enfrenta”.

Governo bipolar

De acordo com os técnicos, a maior surpresa foi que até a Casa Civil deu pitaco na LDO, algo nunca antes visto pelo Congresso. E os vetos da pasta liderada por Eliseu Padilha, segundo eles, vão na contramão do ajuste fiscal. Um deles, por exemplo, eliminou o inciso II do parágrafo 2º do artigo 97, que proibia conceder reajustes salariais posteriores ao término do mandato presidencial em curso. A justificativa do veto foi a defesa de parcelamentos de reajustes. “O governo pretende mudar a meta fiscal porque as despesas não param de crescer e não são compatíveis com a receita, mas veta justamente um item que ajudaria o ajuste fiscal. Parece que temos um governo bipolar”, ironizou um consultor parlamentar. Os ministérios do Planejamento e da Fazenda e a Casa Civil não comentaram o assunto.

Fatura das aberrações

De nada vai adiantar o Executivo cortar gastos se o Judiciário, o MPU e o Legislativo continuarem sugando, sem constrangimento, os cofres públicos

por **Vicente Nunes** /
vicentenunes.df@dabr.com.br

O governo federal está prometendo reduzir os gastos obrigatórios, ao adiar o reajuste de servidores e cortar benefícios, mas o esforço ficará pela metade se o Legislativo e o Judiciário não derem sua contribuição para o ajuste das contas públicas. A ganância desses dois poderes, assim como no Ministério Público da União, chegou a um ponto insustentável. É como se, para eles, o dinheiro brotasse na Esplanada dos Ministérios, mesmo em tempos de pesada seca em Brasília.

Os absurdos no MPU, no Legislativo e no Judiciário são muitos. A grande maioria dos trabalhadores brasileiros não ganha, por ano, o que os deputados gastam, por exemplo, em verbas de gabinete — entre R\$ 39 mil e R\$ 43 mil. Juízes e procuradores têm direito a

auxílio-moradia, mesmo tendo casa nos lugares em que residem. Isso faz com que muitos integrantes do Judiciário recebam R\$ 100 mil por mês, o correspondente a 107 salários mínimos.

Dados disponibilizados pelo governo mostram que, em 2016, a folha de salário do Judiciário chegou a R\$ 26 bilhões. Os penduricalhos, por sua vez, engordaram os contracheques em R\$ 2,6 bilhões. Esse adicional correspondeu a 10% do total das remunerações. No Ministério Público, a folha somou R\$ 3,7 bilhões, e os benefícios extras, R\$ 500 milhões, significando, em média, 13,5% a mais nos salários. No Legislativo, as despesas normais com os funcionários atingiram R\$ 8,6 bilhões, e os benefícios, R\$ 600 milhões. Na União, para uma folha de R\$ 218 bilhões, os extras alcançaram R\$ 12,9 bilhões.

Tudo isso já seria motivo de indignação por parte dos pobres mortais. Mas Legislativo, MPU e Judiciário não estão sujeitos ao teto constitucional, que fixa o salário máximo no setor público em R\$ 33,7 mil. Um projeto determinando limite para os abusos foi aprovado pelo Senado, mas o forte lobby de

servidores enterrou o tema na Câmara dos Deputados. Não há interesse dos senhores parlamentares em pôr fim aos exageros que os beneficiam.

País no limite

Seria muito importante que, neste momento, no qual o governo se debate para fechar as metas fiscais deste ano e de 2018, a sociedade se rebelasse e passasse a cobrar o fim de tantas regalias para poucos. Infelizmente, esse tema não mobiliza as massas. Mas todos terão que pagar os rombos maiores que estão se anunciando. Para este ano, o buraco nas contas públicas passará de R\$ 139 bilhões para R\$ 159 bilhões. Em 2018, o deficit subirá de R\$ 129 bilhões para R\$ 159 bilhões.

“Mas para que cortar gastos se os contribuintes estão sempre prontos para cobrir a ganância? Só com o aumento de impostos sobre combustíveis, os cidadãos pagarão R\$ 10 bilhões a mais ao governo neste ano”, diz um importante técnico da Esplanada. Na avaliação dele, é necessário que se diga que o país chegou ao limite. “Somados, Previdência, saúde, educação, assistência social, seguro-desemprego, abono salarial e





servidores correspondem a 88% dos gastos obrigatórios. Incluindo algumas outras rubricas, as despesas obrigatórias chegam a 91% do Orçamento. É insustentável”, ressalta.

Enfim, o país precisa acordar para o caos fiscal no qual está mergulhado. Não dá mais para fingir que tudo está bem. Tirar privilégios de corporações já será um passo importante para as finanças federais saírem da beira do precipício. Mas é preciso muito mais.

Pequenos em risco

» O novo modelo para o setor elétrico, colocado em consulta pública pelo governo, vai colocar no freezer os novos investimentos em

pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), alerta a Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel). Significa que 700 projetos com 5.000 MW de capacidade instalada e desembolso entre R\$ 60 bilhões e 70 bilhões não sairão do papel.

Ajuda de subsídios

» Se mantidas as regras propostas pelo Ministério de Minas e Energia, as pequenas hidrelétricas terão que competir nos leilões do chamado mercado livre com as megasinas, como Jirau e Belo Monte, que conseguem vender energia mais barata porque tiveram seus custos subsidiados pelo governo e pelo consumidor.

Esforço conjunto pelo ajuste

O rombo nas contas da União neste ano deverá ficar em R\$ 159 bilhões — R\$ 20 bilhões acima da meta fixada. Para 2018, a equipe econômica também quer elevar a previsão de déficit de R\$ 129 bilhões para R\$ 159 bilhões. O desequilíbrio é atribuído à frustração na arrecadação devido ao fraco desempenho da economia nacional. A gravidade da situação mostra que a redução dos gastos governamentais é medida que se impõe há muito tempo. Os sucessivos governos têm adiado decisões, apesar de amargas, fundamentais para equacionar a crise que se arrasta há anos.

Os governantes insistem em manter um conjunto incabível de privilégios para um país com elevados índices de desigualdades socioeconômicas que enfrenta uma das maiores chagas, o desemprego de 13,5 milhões de pessoas. Cortam orçamentos de áreas essenciais, como educação, saúde e segurança, ciência e tecnologia, sem que mexam uma palha para eliminar a frota de carros oficiais, jatinhos, passagens aéreas, cartões de crédito corporativos, cargos comissionados em número descabido, auxílio-moradia para os altos escalões dos Três Poderes e regalias que chegam a ser acinte ante as dificuldades a que está submetida a maioria dos brasileiros. Esses benefícios somam mais de R\$ 16 bilhões por ano.

A equipe econômica cogita adiar, para 2019, o pagamento dos reajustes salariais dos servidores, reduzir a remuneração inicial no governo federal para R\$ 5 mil e outras despesas não obrigatórias, como gratificações. A

estimativa é de que tais iniciativas impliquem economia de R\$ 10 bilhões no âmbito do Executivo. Mas a conta não pode recair apenas sobre esses servidores. Deve estender-se aos demais poderes, Legislativo e Judiciário, que pagam remunerações muito acima do teto constitucional, de R\$ 33,7 mil, devido à soma de benefícios impensáveis para a imensa maioria dos trabalhadores. Tamanho desrespeito chega a ser desmoralização do preceito estabelecido pela Carta Magna.

O país carece de profunda reforma do Estado, de modo a adequá-lo às necessidades da sociedade e da capacidade financeira da União. Hoje, o sistema de governo, compartilhado com as forças políticas do Congresso, torna o Executivo enorme cabide de emprego para abrigar apaniguados dos parlamentares, o que onera toda a estrutura da administração pública, sem que isso represente ganhos aos cidadãos.

Não cabe, portanto, sequer cogitar a elevação da carga tributária, uma das mais pesadas do mundo. Ao Executivo, com os demais chefes de poderes, cabe buscar soluções para o rombo fiscal, sem punir os trabalhadores, sobretudo, os da iniciativa privada (a maioria do país), que não desfrutam, nem de longe, dos benefícios assegurados aos do setor público. Se o momento exige sacrifícios, que haja maior participação dos que têm efetivas e melhores condições de suportá-los.